Termos de Referência para a avaliação final do projeto "Justiça Climática para os Povos da Amazônia"

Título do projeto: Justiça climática para os povos da Amazônia - Pessoas atingidas por barragens em defesa de seus direitos, meios de subsistência e acesso à energia sustentável

País de implementação:	Brasil – Rondônia e Pará
Número do projeto:	h3: S-23-206 Contrato: KF | C331001
Prazo do projeto:	01 de abril de 2023 – 31 de março de 2026
Orçamento do projeto:	1 100 420 EUR

Data de publicação dos TdR: 1.12.2025

Federal Ministry
Agriculture and Forestry, Climate and Environmental Protection, Regions and Water Management
Republic of Austria

1. Contexto e antecedentes 3
1.1 Descrição do projeto 3
1.2 Organizações implementadoras 3
1.3 Contexto do projeto 4
1.4 Cadeia de resultados 4
2. Finalidade e objetivos da avaliação 5
2.1. Mandato e finalidade 5
2.2. Objetivos específicos 5
2.3. Principais usuários e uso esperado da avaliação 5
3. Escopo 6
4. Questões de avaliação 6
5. Concepção e abordagem 7
6. Projeto de plano de trabalho/Fases principais da avaliação 7
7. Resultados esperados 8
8. Disposições de gestão da avaliação 10
9. Requisitos para o(s) avaliador(es) 10
10. Especificações para a apresentação de propostas 10
Anexo: Referências relevantes 11

1. Contexto e antecedentes

1.1 Descrição do projeto

O projeto “Justiça climática para os povos da Amazônia – Pessoas atingidas por barragens em defesa de seus direitos, meios de subsistência e acesso à energia sustentável” é financiado pelo Ministério Federal da Agricultura e Florestas, Proteção Climática e Ambiental, Regiões e Gestão da Água (BMLUK) da Áustria, DKA-Áustria e Sei So Frei Salzburg, e implementado pela ONG austríaca horizont3000 em conjunto com as organizações parceiras Associação de Defesa dos Direitos das Populações Atingidas e Soberania Energética (ADPASE) e o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB nos estados brasileiros de Rondônia e Pará. O projeto tem duração de 1º de abril de 2023 a 31 de março de 2026.

O projeto está situado nas regiões amazônicas do Brasil (Rondônia e Pará), que enfrentam impactos acelerados das mudanças climáticas, como secas e inundações severas, agravados pelos efeitos históricos de projetos de infraestrutura em grande escala, notadamente a construção de barragens hidrelétricas. Esses projetos levam à violação dos direitos humanos, à degradação dos ecossistemas e à erosão dos meios de subsistência tradicionais das comunidades atingidas.

O objetivo do projeto é contribuir para a capacidade de adaptação das comunidades atingidas por barragens e para a prevenção da destruição dos ecossistemas, defendendo seus direitos (à terra) e promovendo a justiça climática e uma transição energética justa. O resultado esperado é o fortalecimento da alfabetização climática, da coordenação e da capacidade organizacional entre os grupos de pessoas atingidas por barragens. Isso é alcançado por meio de ações como treinamento, defesa em nível municipal, estadual e federal, esforços de reflorestamento (“Campanha Plantando Vidas”) e apoio a atividades produtivas sustentáveis.

O projeto visa atingir diretamente 25.166 pessoas, mais especificamente comunidades atingidas por barragens (incluindo comunidades camponesas, ribeirinhas, tradicionais, indígenas e urbanas que são atingidas ou ameaçadas por usinas hidrelétricas); líderes comunitários e regionais conhecidos como Defensores e Formadores Ambientais) e membros do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para defender seus direitos; mulheres atingidas; famílias e artesãos; professores e alunos do ensino fundamental, médio e superior diretamente envolvidos em cursos de Educação Ambiental e Climática e em dias de conscientização. O grupo-alvo indireto, composto por 36.628 mulheres, homens e crianças, é a população atingida e/ou ameaçada pelas usinas hidrelétricas de Belo Monte, complexo hidrelétrico do Tapajós, Santo Antônio, Jirau, Samuel, Ribeirão e Tabajara. Os atingidos e ameaçados por essas barragens são comunidades camponesas, ribeirinhas, tradicionais, indígenas e urbanas.

1.2 Organizações implementadoras

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é um movimento social no Brasil que organiza pessoas atingidas por barragens há 31 anos, atuando em 19 estados em todas as regiões do país. Os principais objetivos do MAB são defender os direitos e buscar reparação pelos danos causados às populações atingidas, ao mesmo tempo em que defende um modelo energético sustentável e socialmente justo e uma sociedade focada na justiça ambiental. O movimento opera com uma estrutura descentralizada e ascendente, envolvendo Grupos de Pessoas Atingidas (GA) locais e garantindo a participação de pelo menos 50% de mulheres em todos os órgãos de tomada de decisão. O MAB é responsável pela execução operacional do projeto no campo, organizando comunidades, realizando treinamentos, liderando esforços de advocacy e mantendo contato com as autoridades públicas.

A Associação de Defesa dos Direitos das Populações Atingidas e Soberania Energética (ADPASE) é o parceiro jurídico, criado em 2019 como uma associação privada sem fins lucrativos com sede em São Paulo, que apoia as ações do MAB. A missão da ADPASE é defender a dignidade das populações atingidas pelo atual modelo energético e pelos grandes projetos, promovendo o diálogo, a formação e o

aconselhamento técnico para fomentar a participação efetiva das populações atingidas nos processos de tomada de decisão. Em seu papel nesta parceria, a ADPASE atua como parceira fiscal, administrativa e formal, responsável pelo tratamento dos contratos, contas bancárias e gestão dos fundos da implementação do projeto no Brasil.

A horizont3000 é responsável por supervisionar a implementação do projeto de acordo com o plano de projeto existente. Isso inclui garantir os padrões de qualidade e a estreita cooperação com os parceiros de implementação. Também fornece supervisão do projeto por meio de monitoramento geral, garantindo a qualidade do sistema de Monitoramento, Avaliação, Prestação de Contas e Aprendizagem (MEAL) e oferecendo assessoria técnica e metodológica aos parceiros locais (ADPASE/MAB). Por fim, é responsável pela supervisão desta avaliação de fim de projeto.

1.3 Contexto do projeto

O contexto é definido pela imensa importância global da região, que possui um dos biomas mais ricos do mundo e aproximadamente 20% da água doce líquida do planeta. No entanto, a área enfrenta uma crise dupla crítica e acelerada: as mudanças climáticas, que se manifestam em secas cada vez mais severas e chuvas excessivas, juntamente com a exploração histórica e indiscriminada por meio de projetos de infraestrutura em grande escala. Uma preocupação primordial é o atual modelo energético, que posiciona o Brasil como líder mundial na construção de barragens hidrelétricas, com 140 usinas em operação ou em construção na Amazônia e mais 428 planejadas. A construção dessas barragens causa graves consequências socioambientais, incluindo a alteração de ecossistemas, a destruição de áreas florestais e agrícolas, o deslocamento forçado de comunidades inteiras e graves violações dos direitos humanos. A decomposição da matéria orgânica nos reservatórios questiona até mesmo a sustentabilidade das barragens, pois alimenta a formação de gases de efeito estufa, como o metano. Esses fatores combinados violam direitos, degradam os meios de subsistência tradicionais e corroem a capacidade de adaptação da população local. Mulheres e meninas são desproporcionalmente afetadas, sofrendo riscos elevados de violência de gênero, perda de espaços sociais e arcando com um fardo maior devido à escassez de água e à perda de meios de subsistência, o que se amplifica durante eventos climáticos extremos.

O projeto serve como contraponto a essa destruição, com o objetivo de contribuir para a capacidade de adaptação das comunidades atingidas por barragens e para a prevenção da destruição do ecossistema, defendendo seus direitos à terra e promovendo a justiça climática e uma transição energética justa. A estratégia central é fortalecer a alfabetização climática, a coordenação e a capacidade organizacional dos grupos atingidos por barragens, permitindo que eles se organizem, defendam seus direitos e implementem medidas práticas de adaptação e mitigação climática, como o reflorestamento comunitário e o desenvolvimento de meios de subsistência sustentáveis.

1.4 Cadeia de resultados

Impacto: Contribuir para a capacidade de adaptação das comunidades atingidas por barragens no Pará e em Rondônia, na Amazônia brasileira, e para a prevenção da destruição de ecossistemas e meios de subsistência tradicionais, por meio da defesa de seus direitos (à terra) e da defesa da justiça climática e de uma transição energética justa.

Resultado: Fortalecer a alfabetização climática, a coordenação e a capacidade organizacional dos grupos de pessoas atingidas por barragens, para defender seus direitos (à terra) e acesso à energia sustentável e para conservar e restaurar seu ambiente natural.

Resultado 1: Mulheres e homens atingidos por barragens estão cientes de seus direitos, organizados e equipados para defender seus direitos e sensibilizar organizações da sociedade civil local, autoridades públicas, estudantes e professores por meio da criação de espaços de coordenação e da implementação de um programa de educação ambiental e climática sensível às questões de gênero.

Resultado 2: Áreas degradadas, florestas ribeirinhas, nascentes e riachos em espaços públicos, privados e coletivos são reflorestados com árvores nativas e frutíferas pelas comunidades atingidas por barragens, fortalecendo a “Campanha Plantando Vidas” e conscientizando.

Resultado 3: As mulheres atingidas são empoderadas para conscientizar sobre a preservação da Amazônia e a justiça climática a partir de sua perspectiva, por meio da elaboração coletiva e exposição de “arpilleras”, obras têxteis tradicionais

Resultado 4: Grupos organizados coletivamente de pessoas atingidas por barragens defendendo suas demandas e direitos relacionados à preservação de seus meios de subsistência junto às autoridades competentes em nível local e nacional.

Resultado 5: As capacidades de adaptação e os meios de subsistência das comunidades atingidas por barragens são fortalecidos, permitindo-lhes continuar a defender seus direitos e a proteção dos ecossistemas florestais locais e da biodiversidade.

2. Finalidade e objetivos da avaliação

2.1. Mandato e finalidade

A avaliação terá vários objetivos:

- **Prestação de contas e relatórios:** A avaliação apoiará a prestação de contas transparente ao parceiro financiador (BMLUK) e outras partes interessadas. Ela verificará se os recursos do projeto foram utilizados conforme o previsto e se seus objetivos foram alcançados.
- **Aprendizagem:** A avaliação fornecerá evidências sobre o que funcionou bem e o que poderia ter sido melhorado, para apoiar a aprendizagem prática entre as organizações parceiras de implementação, a horizont3000 e o financiador.
- **Desenvolvimento do projeto e planejamento estratégico:** As conclusões, lições aprendidas e recomendações servirão de base para as decisões estratégicas das organizações implementadoras e serão utilizadas para o planejamento de futuros projetos de advocacy e resiliência climática.

2.2. Objetivos específicos

A avaliação examinará o sucesso e a qualidade da implementação do projeto com base nos critérios da OCDE DAC, mais especificamente:

1) Espera-se que a avaliação gere insights sobre a **coerência** interna da intervenção, especialmente no que diz respeito à medida em que as atividades do projeto se complementam;
2) A **eficácia** do projeto, evidências do sucesso do projeto que possam ser comunicadas às partes interessadas e conclusões sobre como melhorar a concepção e a implementação de projetos semelhantes, ou o potencial alargamento do projeto no futuro;
3) Uma avaliação da **sustentabilidade** do projeto, levando em consideração, entre outros fatores, a área transversal da igualdade de gênero.

2.3. Principais usuários e uso esperado da avaliação

- MAB e ADPASE: (equipe do projeto, equipes técnicas, secretarias estaduais, coordenação nacional)
- horizont3000, dka e SSFS: gestão do programa, especialistas temáticos;
- BMLUK: gerentes de programa, outros funcionários relevantes.

- Outros atores que trabalham em questões semelhantes e estão interessados nas lições aprendidas com esta avaliação (por exemplo, ONGs no Brasil e na Áustria, autoridades locais, etc.)

As recomendações devem ser formuladas de forma a serem exequíveis não só para o MAB/ADPASE, dka, SSF e horizont3000, mas também para agências governamentais locais, organizações comunitárias e outras ONGs da região.

3. Escopo

A avaliação abrangerá toda a duração do projeto, desde o seu início até o status atual no momento da avaliação (abril de 2023 até o final da coleta de dados desta avaliação). Este prazo abrangente permitirá uma análise completa de todas as fases dos diferentes componentes do projeto, incluindo planejamento, implementação e encerramento.

O período total da avaliação é de janeiro de 2025 a março de 2026. O plano de trabalho detalhado para a avaliação está especificado em “6. Plano de Trabalho”.

Geograficamente, a avaliação abrangerá os dois estados do projeto em Rondônia (municípios Porto Velho e Candeias do Jamari) e Pará (Itaituba, Belém and Altamira), onde a coleta de dados deverá ser realizada.

Tematicamente, a avaliação analisará os resultados e os produtos do projeto de acordo com os critérios de avaliação da OCDE-CAD, com foco especial na eficácia, relevância e sustentabilidade.

4. Questões de avaliação

As perguntas da avaliação estão alinhadas com os critérios da OCDE-CAD, com especial enfoque na **eficácia, coerência e sustentabilidade**.

Eficácia :

1. Em que medida o projeto alcançou os resultados planejados e os resultados pretendidos nas suas cinco áreas temáticas? Quais foram os principais fatores facilitadores ou limitantes que influenciaram a sua realização?
2. A intervenção alcançou resultados inclusivos? Houve diferenças nos resultados para mulheres, homens, e outros grupos sociais?

Coerência:

3. Em que medida a integração de diversas atividades forma uma estratégia coerente e mutuamente reforçadora para alcançar o resultado pretendido do projeto?
4. Em que medida o envolvimento sustentado do projeto com órgãos oficiais e parceiros da sociedade civil levou a uma sinergia demonstrável, influenciando a legislação relevante ou garantindo mudanças políticas/reparações para as comunidades atingidas durante o ciclo do projeto?

Sustentabilidade:

5. Em que medida as atividades do projeto para capacitação e meios de subsistência econômicos resultaram em mecanismos organizacionais e financeiros autossustentáveis que garantem a manutenção contínua de ativos físicos (viveiros, espaços de produção de alimentos ecológicos, áreas reflorestadas, sistemas fotovoltaicos) e a defesa contínua dos direitos e do acesso à energia sustentável das comunidades atingidas pela barragem após a conclusão do projeto?

6. Que apoio adicional ou intervenções futuras seriam necessárias para aprofundar ou expandir os benefícios do projeto – o foco deve ser a ampliação ou a melhoria da qualidade em áreas selecionadas?

As perguntas podem ser refinadas e reestruturadas em acordo com a horizont3000 durante a fase inicial. Quaisquer alterações sugeridas devem ser explicadas no relatório inicial, refletir adequadamente o objetivo geral e o escopo da avaliação e ser acordadas por escrito pela horizont3000.

5. Concepção e abordagem

A equipe de avaliação deve propor um projeto de avaliação que seja participativo, inclusivo, sensível às questões de gênero e respeitoso dos direitos humanos.

Espera-se que a avaliação empregue uma abordagem não experimental e de métodos mistos para a coleta e análise de dados, incluindo métodos qualitativos e quantitativos. A equipe de avaliação deve explicar em sua proposta a escolha do projeto de avaliação, os métodos de coleta e análise de dados e as ferramentas que considera apropriadas e viáveis para responder às questões da avaliação.

A coleta de dados deve basear-se em várias fontes e pode incluir:

- Análise de documentos (documentos/relatórios/dados do projeto, outros documentos/relatórios/dados relevantes);
- Observações de campo e estudos de caso;
- Entrevistas, entrevistas com informantes-chave (KII) e discussões em grupos focais (FGDs) com representantes das partes interessadas e participantes do projeto (homens, mulheres), organizações parceiras do projeto (homens, mulheres), o escritório regional da horizont3000 e Viena, seja online ou em reuniões físicas e visitas de campo;
- Pesquisa domiciliar (somente se considerada necessária e justificada na oferta).

Os dados de monitoramento serão disponibilizados para a maioria dos indicadores de resultados, e os avaliadores deverão avaliar sua integridade e confiabilidade, especialmente quando for necessária a triangulação com dados primários.

Os métodos de coleta e análise de dados sugeridos devem ser suficientemente rigorosos para permitir uma avaliação sólida, justa e imparcial. As conclusões devem ser relevantes para as questões de avaliação, numeradas, claramente formuladas, fundamentadas e baseadas em evidências trianguladas, documentadas em relação a cada conclusão para garantir a credibilidade. A conexão lógica entre evidências => conclusões => recomendações deve ser documentada, rastreável e compreensível para os usuários da avaliação.

A avaliação deve seguir as normas e padrões da OCDE/CAD, bem como as diretrizes éticas para avaliações (ver referências relevantes no anexo). A avaliação do relatório inicial e do relatório final será orientada pelos critérios listados nas listas de verificação de qualidade da ADA (Anexos 5 e 6 das Diretrizes da ADA para Avaliações de Programas e Projetos), bem como pelos critérios para avaliações da OCDE-CAD.

6. Projeto de plano de trabalho/Fases principais da avaliação

A avaliação deve começar em fevereiro e terminar em abril de 2026. Estima-se que sejam necessários, no mínimo, 49 dias para a realização da tarefa. A equipe de avaliação deve apresentar sua própria proposta de plano de trabalho na oferta, justificando os pontos em que se desvia do projeto de plano de trabalho fornecido abaixo.

Tarefas	Data de conclusão	Dias úteis	Resultados esperados
Fase inicial	**Fevereiro**	**15**	
Workshop de lançamento	Inícios de fevereiro	1	Apresentação em PPT
Revisão de documentos e pesquisa documental		5	
Desenvolvimento de ferramentas de coleta de dados		2	
Relatório inicial preliminar	Metade de fevereiro	6	Rascunho do IR
Relatório inicial final	Final de fevereiro	1	IR final
Coleta e processamento de dados	**Marzo**	**22**	
Coleta de dados		20	
Processamento de dados		2	
Análise e triangulação de dados		3	
Workshop de feedback sobre as primeiras conclusões e recomendações com horizont3000 e MAB	Final de março	1	Apresentação em PPT
Relatórios	**Abril**	**12**	
Rascunho do relatório de avaliação	Inícios de abril	6	Relatório preliminar de avaliação
Envio do relatório final (incluindo ciclos de feedback)	Final de abril	2	Relatório final de avaliação
Número total de dias		**49**	

7. Resultados esperados

Relatório inicial

O relatório inicial deve ter a seguinte estrutura:

Folha de rosto com:

- logotipos da horizont3000, ADPASE/MAB, BMLUK, SSF, dka e consultoria de avaliação
- título da avaliação
- data de apresentação
- nomes do(s) autor(es)

Índice
Lista de siglas
1. Antecedentes, finalidade e objetivos
2. Desenho e abordagem da avaliação
    2.1 Metodologia
    2.2 Matriz de avaliação
    2.3 Ferramentas de coleta de dados
    2.4 Análise de dados

2.5 Limitações, riscos e medidas de mitigação
3. Garantia de qualidade e considerações éticas
4. Plano de trabalho
5. Anexos

Requisitos formais:

- coerência no formato (capítulos, títulos, números das páginas)
- para garantir a integridade dos anexos, consulte as "Listas de verificação de qualidade" como orientação (Anexos 5 e 6 das Diretrizes da ADA para Avaliações de Programas e Projetos)
- máximo de 30 páginas
- Idioma: português

2 apresentações em PowerPoint (ou outro formato)
Uma para o workshop inicial e outra com as conclusões e recomendações iniciais para o workshop de feedback.

Rascunho do relatório
O relatório preliminar deve ser apresentado em português e seguir a mesma estrutura do relatório final.
O relatório preliminar será avaliado pela horizont3000 e seus parceiros técnicos e financeiros quanto à sua integridade, e os consultores serão solicitados a justificar por que incorporam ou não (parcial ou totalmente) os comentários no relatório final.

Relatório final
Deve ser apresentado em português e inglês (máximo de 35 páginas cada, sem anexos), incluindo um resumo executivo (máximo de 5 páginas). O relatório de avaliação deve ser estruturado da seguinte forma:

Folha de rosto com:

- logotipos da horizont3000, ADPASE/MAB, BMLUK, dka, SSF e consultoria de avaliação
- título da Avaliação
- data de apresentação
- nomes do(s) autor(es)

Índice
Lista de siglas
1. Resumo
2. Introdução
3. Análise do contexto e antecedentes
4. Desenho e abordagem da avaliação
   4.1 Abordagem metodológica
   4.2 Ferramentas de coleta e análise de dados
   5.3 Limitações, riscos e medidas de mitigação
5. Resultados
6. Conclusões
7. Recomendações
   7.1 Recomendações para projetos de incidência e resiliência climática.
   7.2 Recomendações específicas para o MAB, ADPASE e outras partes interessadas
8. Anexos

1 produto de comunicação
Um folheto visualmente apelativo que resume os principais resultados da avaliação de forma concisa (p. ex., infografia).

Os seguintes documentos serão disponibilizados ao licitante vencedor:

- Documentos do projeto
- Documentos das organizações parceiras responsáveis pela implementação do projeto

- Relatórios semestrais e anuais do projeto
- Dados de monitoramento

8. Disposições de gestão da avaliação

Para o acompanhamento da avaliação deste projeto, será criado um grupo de referência com os seguintes participantes:

- Kristina Kroyer, horizont3000, Coordenadora do Programa Brasil, horizont3000
- Alice Bayer, Coordenadora MEAL, horizont3000
- Martina Luger, Ponto Focal para o Clima, horizont3000
- Alexandra Borba, Responsável de PMA da ADPASE
- Sueyla Malcher, Ponto focal do MAB

O Grupo de Referência de Avaliação é responsável pela gestão desta avaliação e garante que os padrões técnicos e éticos e os princípios orientadores da avaliação, incluindo imparcialidade e independência, sejam cumpridos.

A pessoa de contato da equipe de avaliação é Kristina Kroyer (Kristina.kroyer@horizont3000.at)

9. Requisitos para o(s) avaliador(es)

É preferível uma empresa de consultoria com experiência local e bom conhecimento da área do projeto. A equipe deve ser capaz de demonstrar a seguinte capacidade técnica na proposta:

- O líder da equipe deve ter no mínimo 6 anos de experiência profissional em coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos, bem como em gestão de equipes de avaliação
- Pelo menos duas avaliações realizadas com tamanho e orçamento semelhantes;
- Experiencia com programação e avaliação de projetos com experiência relevante e comprovada na abordagem programática;
- Experiência em abordagens sensíveis ao gênero, baseadas nos direitos humanos e participativas;
- Experiência em adaptação às alterações climáticas e defesa de causas;
- Fluência em português e inglês
- Experiência no planejamento e condução de avaliações no Brasil, experiencia em Rondônia e no Pará seria uma vantagem;

A equipe de avaliação que trabalha no relatório deve ser a mesma equipe que conduz a coleta de dados (exceções a esta regra devem ser justificadas na proposta). Espera-se que o avaliador utilize os critérios da OCDE-CAD e as diretrizes da ADA (ver referências relevantes abaixo) como quadro de referência.

Os membros da equipe de avaliação não devem ter participado da concepção e/ou implementação do projeto. Propomos um mínimo de dois especialistas e um máximo de três especialistas para esta avaliação. A equipe de avaliação deve ser equilibrada em termos de gênero e diversificada em termos de experiência/qualificação.

A composição da equipe deve ser detalhada e explicada na proposta técnica, bem como a divisão de tarefas entre todos os membros da equipe e o valor agregado de cada um deles.

10. Especificações para a apresentação de propostas

Deve ser apresentada uma proposta técnica e financeira (máximo de 12 páginas - sem anexos) em português.

A proposta técnica deve incluir:

- O curriculum vitae, experiência e referências dos avaliadores.
- Sugestões sobre a metodologia, cronograma e plano de ação e, se necessário, sugestões e recomendações ao mandato
- O número de dias úteis previstos para a missão, incluindo as tarifas diárias

A proposta financeira deve incluir:

- Um orçamento detalhado, que deve ser apresentado em euros e incluir todos os impostos, despesas de viagem, logística (incluindo custos de workshops, etc.) e outras despesas. A horizont3000 não está autorizada a deduzir o IVA - a proposta deve, portanto, estipular:
    - O orçamento líquido da avaliação (antes do IVA, para comparação com propostas concorrentes)
    - O orçamento bruto da avaliação (incluindo IVA e todos os impostos aplicáveis)

O orçamento máximo disponível para esta avaliação é de **20 000 euros (brutos, incluindo IVA e todos os impostos aplicáveis)**

Para todas as propostas dentro do quadro orçamental, será aplicada a seguinte grelha de avaliação:

- Qualidade metodológica da proposta técnica: 80%
- Proposta financeira: 20%.

A proposta deve ser enviada até **9 de janeiro** para Kristina.kroyer@horizont3000.at . A horizont3000 reserva-se o direito de prorrogar o prazo se as propostas recebidas até essa data não cumprirem os requisitos.

O pagamento será distribuído da seguinte forma:

- 30% na assinatura do contrato de prestação de serviços
- 40% no final da sessão de feedback e entrega do relatório preliminar
- 30% após a validação do relatório final pela equipe de coordenação.

Anexo: Referências relevantes

- **Critérios de Avaliação da OCDE-CAD**, disponíveis em: https://web-archive.oecd.org/temp/2024-05-13/81829-daccriteriaforevaluatingdevelopmentassistance.htm

- **Descrição do** projeto, disponível no site horizont3000: https://www.horizont3000.org/de/projects/s-23-206

- **Lista de verificação da qualidade para o relatório inicial** -> Anexo 5 das Diretrizes da ADA para Avaliações de Programas e Projetos, disponível em: https://www.entwicklung.at/fileadmin/user_upload/Dokumente/Evaluierung/Evaluierungs_Leitfaeden/Guidelines_for_Programme_and_Project_Evaluations_ADA_2020.pdf

- **Lista de verificação de qualidade para o relatório de avaliação** -> Anexo 6 das Diretrizes da ADA para Avaliações de Programas e Projetos, disponível em: https://www.entwicklung.at/fileadmin/user_upload/Dokumente/Evaluierung/Evaluierungs_Leitfaeden/Guidelines_for_Programme_and_Project_Evaluations_ADA_2020.pdf

- **Diretrizes Éticas para Avaliação da UNEG**, disponíveis em: https://www.unevaluation.org/uneg_publications/uneg-ethical-guidelines-evaluation